

Sul reduz pobreza mais que Nordeste

• Seis dos nove estados do Nordeste reduziram a pobreza num ritmo menor que a média brasileira no ano passado, mostra estudo do economista Marcelo Neri, da FGV. Em 2006, seis milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza em todo o país. **Páginas 25 e 26**

Desigualdade até na pobreza

Nordeste reduz percentual de pobres menos que estados mais ricos. No Rio, melhoria é recorde

Liana Melo, Cássia Almeida, Leticia Lins e Adriana Baldissarelli*

RIO, RECIFE e FLORIANÓPOLIS

A pesar de cerca de seis milhões de pessoas terem ultrapassado a linha da pobreza em 2006, deixando de figurar entre as famílias que ganhavam, mensalmente, menos de R\$ 125 *per capita*, o Brasil continua sendo um país de contrastes, com um Sul rico e um Nordeste pobre. Justamente em alguns dos estados que registram os menores índices de pobreza, a redução do problema foi mais acentuada. Depois de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina foi o estado onde a taxa de redução relativa da pobreza foi maior: 26,3%. No extremo oposto, está o Maranhão, com a menor queda da miséria (-9,73%), apesar de ter sido o estado com o maior ganho de renda no último ano (33,74%).

A conclusão é do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), que produziu o estudo "Miséria, desigualdade e políticas de renda: o Real do Lula", de autoria do economista Marcelo Neri. O levantamento foi feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2006), divulgada na semana passada pelo IBGE. O aumento do

emprego formal e do salário mínimo e a expansão do programa Bolsa Família foram os responsáveis pelo incremento de 7,2% na renda do brasileiro, um dos indutores da redução da pobreza, juntamente com a queda da desigualdade.

O que surpreende é Santa Catarina estar entre os que mais reduziram a pobreza. No estado, o percentual de pobres é de apenas 4,68% da população, o mais baixo do país. Enquanto isso, o Maranhão tem quase metade da população (44,23%) abaixo da linha de pobreza.

— O Nordeste não teve o resultado esperado (seis dos nove estados da região reduziram a pobreza numa intensidade menor que a média brasileira). Uma hipótese possível é que a alta do salário mínimo não teve tanto impacto. Lá, grande parte da população ganha menos que o mínimo — explicou Neri.

O economista acredita que uma combinação de capital social e humano e pequenos produtores favoreceu Santa Catarina.

Sonia Rocha, estudiosa de pobreza e desigualdade do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), diz que houve um desem-

penho desigual no Nordeste. E atribui a queda da pobreza ao mercado de trabalho, que teve papel fundamental para diminuir a pobreza no Brasil:

— Talvez, o que tenha acontecido no Nordeste esteja relacionado ao Bolsa Família, que teve um impacto menor na redução da pobreza no ano passado, já que o valor do benefício foi mantido. Ou seja, perdeu poder de compra. Mesmo com pouca inflação, houve corrosão.

Morador de Ipojuca, em Pernambuco, Clóvis Vitorino Rosa, 40 anos e quatro filhos, sente em casa a melhoria do rendimento, embora seja um pobre trabalhador do corte de

cana. Ele afirma que hoje consegue comprar mais do que antigamente, e que o salário que recebe, embora não seja alto, tem sido suficiente para o sustento da família, o que antes não ocorria.

— Hoje, consigo comprar mais mercadoria do que antigamente. Tem sempre feijão, arroz, farinha e

até carne em casa. Isso antes não acontecia — afirma ele, cujo salário cresceu 15,72% nos últimos dois anos.

Além disso, Rosa, a mulher e os filhos engordam sua renda com os R\$ 95 do Bolsa Família, benefício social que tem um grande peso na economia do Nordeste, principalmente nas áreas rurais.

Ganho de renda no Rio só perde para o de Belo Horizonte

No Sul do país, para a catarinense Fabíola Silva Leite, a passagem da situação de miséria não está marcada na carteira de trabalho nem em extrato de conta bancária. Esses documentos ainda lhe faltam. A prova de que conseguiu romper a linha estatística é o carnê de uma loja de departamentos. Há quatro meses, pela primeira vez na vida, ela conseguiu obter crédito formal. Acertou seis parcelas de R\$ 30 e comprou o sonhado aparelho de DVD para o lazer da família.

— Só faltam duas prestações. Nunca imaginei que iria conseguir.

Fabíola faz a triagem de materiais recicláveis da Associação Recicladores Esperança (Aresp) há um ano e oito meses. Quando chegou à equipe, conseguia uma renda de R\$ 35 por semana. Nos últimos meses, fatura mais, em torno de R\$ 400 por mês:

— Todo o dinheiro é para a comida. A gente pensa primeiro na barriga dos filhos, não sobra para comprar roupa.

Outro desempenho regional que chamou a atenção foi o do Rio de Janeiro. Segundo André Urani, do Iets, a Região Metropolitana do Rio, que concentra 75% da população fluminense, reduziu em 19,28% o número de pobres. O que significou menos 600 mil pessoas ganhando até R\$ 183 (a linha de pobreza do Iets é diferente da usada pela FGV). Na indigência (R\$ 92 de ganho domiciliar *per capita*), a queda foi ainda maior: 24,8%. No ganho de renda, o Rio, com alta de 12,23%, só ficou atrás de Belo Horizonte.

— O Rio saiu-se melhor que o Brasil, na renda, na pobreza e na indigência. E a Região Metropolitana, em crise há mais de dez anos, renasceu. Cresceu mais que

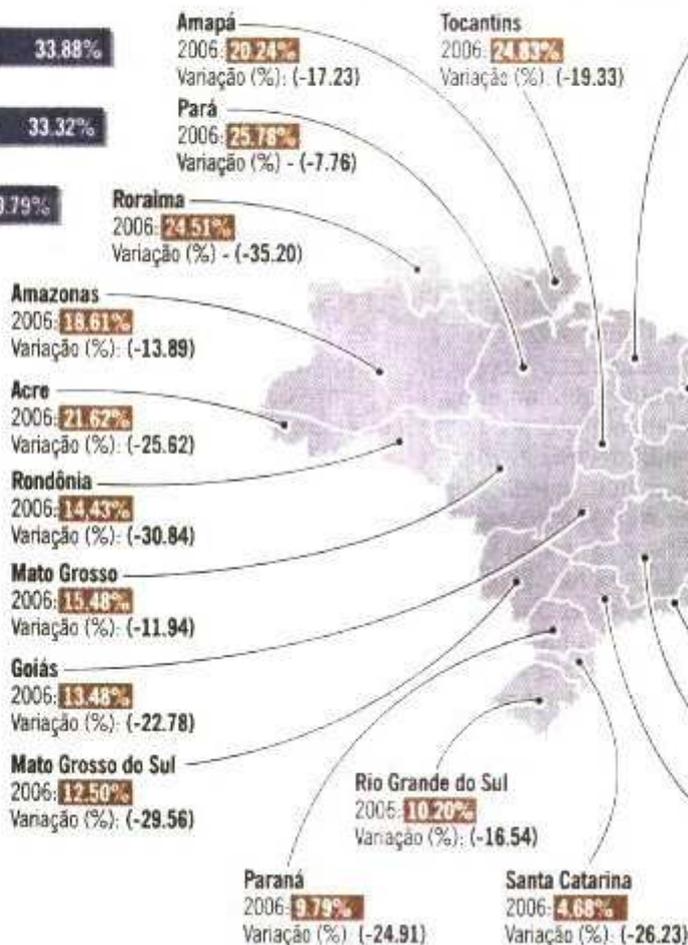
o resto do estado nesses indicadores, invertendo tendência de quase uma década — disse Urani. ■

Conheça os números em detalhes

A IDADE DA POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA EM UM ANO



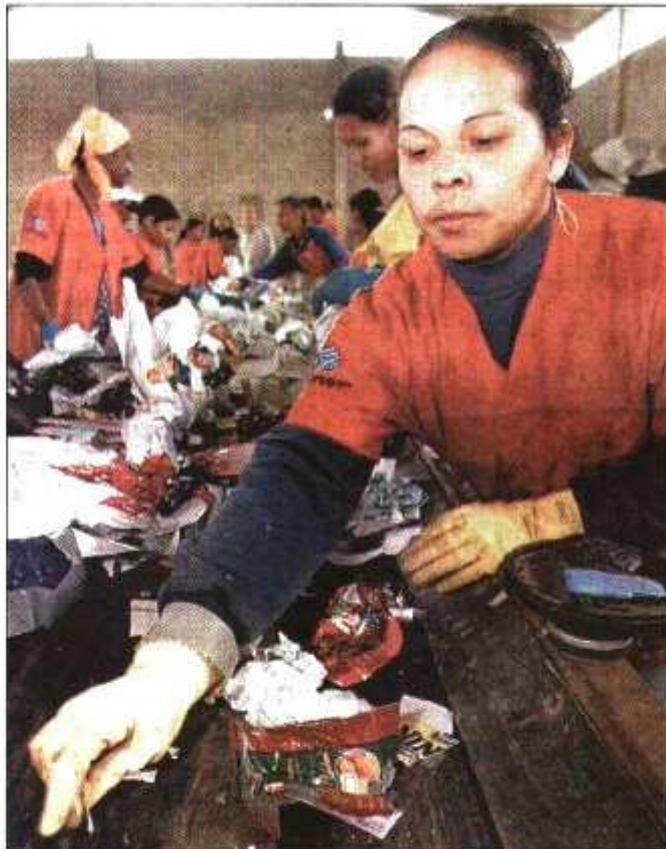
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM RENDA INFERIOR A R\$ 125/MÊS



Fonte: FGV



EM PERNAMBUCO, Clóvis Vitorino diz que sua renda melhorou



FABIOLA, EM Santa Catarina, fez carnê em loja pela primeira vez

RETRATOS DO BRASIL: *Indicador social melhora mais em ano de eleições*

Redução da pobreza com Lula foi maior do que nos governos de FH

Com petista, queda foi de 27,7%, contra 24,3% nos oito anos do tucano

Cássia Almeida e Liana Melo

● RIO e BRASÍLIA. O primeiro governo Lula conseguiu atacar a pobreza com mais sucesso do que o governo Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos, que somaram oito anos. A redução acumulada durante a primeira gestão petista, de 2002 a 2006, chegou a 27,7%, contra os 24,3% registrados nos dois períodos tucanos, de 1995 a 1998 e depois até 2002. A maior redução (23%) verificou-se no primeiro mandato do governo FH, enquanto no segundo mandato a queda foi de apenas 1,7%. A conclusão é do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), que produziu estudo com base na Pnad/2006.

— Lula foi mais ousado nas políticas de transferência de renda e ainda contou com um cenário internacional mais favorável, enquanto Fernando Henrique acabou enfrentando algumas crises. Ainda assim, os dois vão entrar para a história como os presidentes que mais conseguiram reduzir a pobreza no país. Mas, sem dúvida, o ano de 2006 foi exemplar do ponto de vista das reduções da pobreza e da desigualdade — comentou Neri.

Segundo o estudo, o crescimento generalizado de renda em todos os estratos da população foi superior à redução da desigualdade no ano passado. Ou seja, os ganhos de renda não foram significativos nos estratos mais pobres.

Renda sobe 12,5% em ano eleitoral e cai 11,8% depois

Lula e FH lançaram mão de expedientes que, historicamente, costumam ser usados em períodos eleitorais. Segundo o estudo de Neri, a pobreza costuma cair no Brasil em ano de eleições e volta a subir no ano seguinte. Em anos eleitorais, há ganho de renda de, em média, 12,52%, contra uma queda de 11,87% em anos pós-eleitorais.

— As políticas de renda são usadas no país em sintonia com o calendário eleitoral. Os políticos aumentam a renda com uma mão e tiram com a outra, no ano seguinte às eleições — comenta Neri, calculando que a pobreza caiu, em média 7,6% em anos eleitorais no país e subiu 3,7%, também em média, nos períodos pós-eleições.

O plano Real, no primeiro mandato de FH, foi o principal responsável pelo aumento da renda, enquanto a desvalorização da moeda, em 1999, reduziu esse ganho. Já no período Lula, o reajuste do salário mínimo, que pulou de R\$ 260 para R\$ 300, em 2005, e depois para R\$ 350, em 2006 — associado à expansão do Bolsa Família — foram os principais fatores de redução da

pobreza e da desigualdade.

O presidente Lula se disse feliz com o resultado dos indicadores apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, e pelos estudos que apontaram forte queda da pobreza no seu primeiro mandato. Para Lula,

esses resultados são fruto da política econômica adotada por seu governo.

— Não bastassem outros motivos para eu estar feliz, a gente vê a pesquisa do IBGE sobre o crescimento da economia brasileira, sobre o crescimento da produção industrial, e vê os

números da Pnad que demonstram que a semente plantada e adubada dá resultado — discursou para uma platéia de prefeitos de cidades pequenas, representantes de comunidades quilombolas e indígenas. ■

Taxa caiu menos entre negros e pardos

Renda dos brancos subiu mais

• Assim como ocorreu entre os estados, a redução da pobreza foi desigual no recorte da raça, de acordo com a pesquisa do economista da FGV Marcelo Neri. Mesmo com 23,5% da população negra com ganho domiciliar *per capita* inferior a R\$ 125, houve um recuo da pobreza bem inferior ao observado entre os brancos. Neste grupo racial, que tem uma parcela de 11,88% ganhando menos de R\$ 125 por mês, a redução da pobreza chegou a 16,83%, superior à média brasileira de 15,1%. Já entre os negros, a redução foi de apenas 11,52%.

Entre os pardos, a situação se repete. A parcela de pobres que conseguiu ultrapassar a linha foi inferior à dos brancos. A queda da miséria foi de 14,8%, mas ainda há 27,59% de pardos entre os mais pobres. O que explica essa diferença entre pretos, pardos e brancos é o ganho de renda. A população branca conseguiu aumentar seus ganhos *per capita* em 9,13%, enquanto os negros, em 7,28% — abaixo do resultado do Brasil, onde a renda domiciliar *per capita* subiu 9,1%.

Se a pobreza no Brasil tem cor, também tem idade. O índice de miséria diminui conforme aumenta a idade. Até os 4 anos, chega a atingir 33,88%. Para os que estão com mais de 55 anos, essa proporção cai para 9,84%. A pobreza continua acima de 20% até os 19 anos.

— As pessoas da terceira idade (com mais de 55 anos) foram as que apresentaram a maior redução na taxa de pobreza, 20,8%, em virtude do reajuste do salário mínimo, que é o piso da Previdência Social — diz Neri. (C.A.)



As diferenças nas pesquisas

• **LINHA DE POBREZA ALTA:**

A medida de pobreza usada pelo pesquisador Marcelo Neri, da FGV, é uma das mais altas. É considerado pobre quem vive com até R\$ 125, o suficiente para comprar uma cesta de produtos de 2.288 calorias.

• **LIMITE DO IPEA:** O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) usa duas linhas para medir o número de pobres. Na linha mais alta, é considerado pobre aquele que ganha até R\$ 167. O instituto mede também a indigência. O miserável é quem tem ganhos *per capita* de R\$ 83.

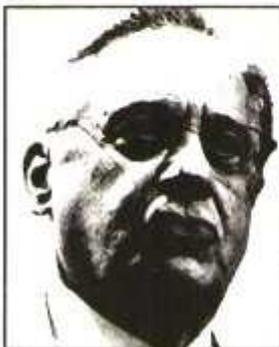
• **LINHAS DO IETS:** O Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets) usa as mesmas linhas do Ipea.

• **GOVERNO:** O Estado brasileiro não tem uma linha oficial de pobreza. Há quase dois anos, o governo estuda esse indicador.

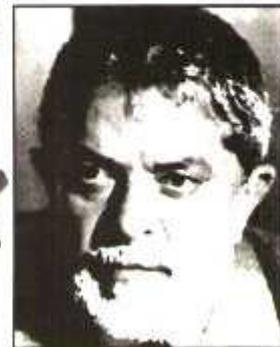
• **LINHA MUNDIAL:** O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) considera pobre quem ganha até US\$ 1 por dia.

Compare os desempenhos

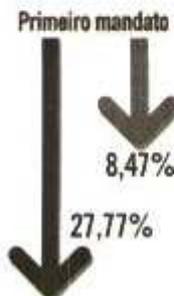
A POBREZA POR GOVERNO ↓ Queda na pobreza ↓ Média anual



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA



EVOLUÇÃO ANO A ANO



FONTE: FGV *Não houve levantamento em 2000